

ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 15-8-2018.

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, Guilherme Paradedá, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 063/18 (Processo nº 0713/18), de autoria de Alvoní Medina; o Projeto de Resolução nº 016/18 (Processo nº 0760/18), de autoria de Comandante Nádia; e o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/18 (Processo nº 0796/18), de autoria de Mauro Pinheiro. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Valter Nagelstein (SEI nº 99917.000003/2018-15), solicitando autorização para representar externamente este Legislativo, nos dias treze e quatorze de agosto do corrente, em reunião com Eliseu Padilha, Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, em Brasília – DF. Em prosseguimento, por solicitações de Alvoní Medina e Valter Nagelstein, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma, respectivamente, a Aracy Teixeira de Freitas e a César Busatto. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Marcelo Sgarbossa, João Carlos Nedel, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon e Cláudio Janta. Na ocasião, o Presidente declarou empossado o suplente Luciano Marcantônio para exercer a vereança no dia quinze de agosto do corrente, em substituição a Dr. Goulart, em Licença para Tratamento de Saúde, informando-lhe que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Após, foram apregoados os seguintes Ofícios do Prefeito: nº 762/18, indicando Mauro Pinheiro para exercer o cargo de Vice-Líder do Governo neste Legislativo; e nº 761/18, encaminhando a Mensagem Retificativa nº 02 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18 (Processo nº 0813/18). Às quinze horas e um minuto, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 016/17 (Processo nº 2036/17), com Veto Parcial. Foi votado destacadamente e aprovado o artigo 13 do Projeto de Lei do Executivo nº 016/17, por vinte e quatro votos SIM e dois votos NÃO, considerando-se rejeitado o Veto oposto, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga,

Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e Não João Carlos Nedel e Reginaldo Pujol. Às quinze horas e oito minutos, por solicitação de Mendes Ribeiro, foi realizada verificação de quórum, tendo o Presidente declarado a inexistência de quórum deliberativo e determinado o encerramento da Ordem do Dia. Durante a Sessão, Marcelo Sgarbossa manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e dez minutos, conforme deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Fernanda Melchionna e Valter Nagelstein e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para um Requerimento.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Aracy Teixeira de Freitas, pai do Ver. José Freitas.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Deferimos o pedido. Aproveito para, como bem me lembra o Ver. Airto Ferronato, dedicar esse minuto de silêncio à memória do nosso querido e saudoso César Busatto, que foi um idealista, um batalhador, trabalhou na articulação do Orçamento Participativo, sempre fazendo um diálogo com a sociedade. Infelizmente, depois de uma brava luta contra o câncer, nos deixou.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Uma boa tarde a todos e todas. Quero, primeiramente, agradecer ao meu partido, Ver. Oliboni, Líder; Ver.^a Sofia e Ver. Adeli, por me conceder este espaço para falar em nome do partido, e que, na verdade, aqui falarei em defesa da democracia. No final da tarde de ontem, recebi, através do processo eletrônico da Câmara, uma ferramenta nova, uma espécie de ameaça protocolada pelo Ver. Ricardo Gomes, que, infelizmente, não está agora no plenário, e o Ver. Nedel, aqui assinam também o Ver. Cassiá e a Ver.^a Mônica Leal, mas não são eles que puxam essa espécie de ameaça, Ver. Oliboni, ameaça de me encaminhar para a Comissão de Ética da Câmara Municipal. E qual é o motivo? Talvez a Ver.^a Mônica nem lembre e talvez fez em apoio ao Ver. Nedel e ao Ver. Ricardo Gomes, mas existe uma ferramenta, e isso já foi falado aqui na tribuna, já foi falado em reunião de Líderes, existe uma ferramenta de uma iniciativa social chamada Minha

Porto Alegre. Inclusive a Minha Porto Alegre nos convida, também recebi esse ofício, a andar de ônibus pela Cidade e registrarmos como é a experiência do transporte coletivo, faz isso com todos os Vereadores, todos aqui devem ter recebido nos seus gabinetes esse convite da rede Minha Porto Alegre. Espero que façam essa gentileza e façam essa experiência de andar de ônibus. Mas o que incomodou aqui o Ver. Ricardo Gomes e o Ver. Nedel foi o fato que essa ferramenta, que trata de participação digital e que o nome talvez o Ver. Nedel não goste muito dele, se chama Panela de Pressão. Poderia ser um outro nome, poderia ser “cidadania ativa”, poderia ser “participação digital”, mas o fato é que a rede Minha Porto Alegre convida as pessoas a entrarem nessa plataforma e mandarem uma mensagem para as autoridades que são responsáveis por aquela decisão. Eu me lembro – quero saudar os motoristas e as motoristas dos aplicativos – de que, quando tivemos a votação dos aplicativos dois anos atrás, nós recebemos muitas mensagens da Uber, que também fez uma espécie de Panela de Pressão para conseguir aprovar os projetos. Isso é um pouco da rotina do dia a dia. Em outros projetos, eu me lembro da chamada ideologia de gênero nas escolas, quando recebemos muitos *e-mails*, pedindo que nos posicionássemos, enfim, é uma forma de participação da sociedade que não pode vir às 15h numa quarta-feira perder seu tempo de trabalho para acompanhar as Sessões da Câmara.

Pois bem, o Ver. Ricardo Gomes, incomodado com essa quantidade de *e-mails* que chegaram na sua caixa de mensagem, começou a me encaminhar os *e-mails* e fez agora uma espécie de denúncia, solicitando a minha participação – o Ver. Nedel agora está no plenário – na Mesa Diretora para prestar informações. Recebi ontem à tarde essa mensagem, e esse ofício termina ameaçando o encaminhamento à Comissão de Ética da Câmara Municipal. Nós não podemos tolerar isso. Ver. Nedel, se o senhor, que está agora no plenário, ainda não entendeu o que é a plataforma Minha Porto Alegre... Aqui me acusam, inclusive, de roubar os *e-mails* e utilizar os *e-mails* das pessoas para pressionar os Vereadores. Confundem o meu próprio *site*, o *site* do nosso mandato, já que ali sim tem uma janela em que a pessoa que desejar receber informações do mandato pode se cadastrar. São informações que nós temos e nos correspondemos com essas pessoas, mas não utilizamos – no ofício está como se nós utilizássemos esses *e-mails* das pessoas que querem receber informações do mandato – para pressionar as pessoas.

Ver. Nedel e Ver. Ricardo Gomes, vocês devem fazer contato com essas pessoas que entraram em contato com vocês pedindo a aprovação de determinado projeto, para perceber que são pessoas de carne e osso, são pessoas que estão desejando participar da vida ativa da Cidade, fazem disso a cidadania ativa, na melhor das intenções. Eu não sei se preciso explicar mais uma vez que não se trata de robôs, inclusive alguns Vereadores falam que eu tenho robôs, não se trata de robôs, se trata de pessoas de carne e osso que vão lá na plataforma Minha Porto Alegre, mandam uma mensagem, e essa mensagem chega para todos os Vereadores e Vereadoras, inclusive para mim, nos projetos que eles apoiam. De uma vez por todas, queremos deixar isso claro. Vamos incentivar a participação popular e não bani-la, e não impedi-la como

querem os Vereadores que fizeram essa manifestação. Espero que arquivem e não levam adiante, mas nós denunciaremos essa falta...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): ...Eu estou utilizando a tribuna para dizer que nós temos que incentivar a participação, aliás, neste um minuto que o Presidente Valter me concede, quero lembrar as iniciativas que estão na Lei Orgânica do Município – inclusive a participação digital para iniciativas de projetos de lei – e que não saem do papel. Acho que essa seria uma bandeira que a Presidência da Câmara poderia tomar, fazendo a regulamentação desse artigo da Lei Orgânica e criando um mecanismo para que as pessoas possam, efetivamente, participar até mesmo através de projetos de lei de iniciativa popular, o que já está previsto, inclusive, de forma digital na nossa Lei Orgânica de Porto Alegre. Fica aqui o registro e o alerta de que, neste momento, apesar de a denúncia, ou a ameaça ser contra este mandato, é uma ameaça à democracia que os Vereadores do PP acabam subscrevendo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. Vereador. Só quero, a título de informação, dizer que foi dirigido à Mesa, e eu, como Presidente da Casa, obviamente, presido a Mesa. Eu quero compartilhar com o senhor e com todos os Vereadores o encaminhamento. Primeiro, quero dizer que estou muito feliz com o processo eletrônico que a gente implementou aqui, está dando segurança, está dando agilidade. Ontem mesmo, nós vimos um processo que deveria passar por dez setores diferentes e passou num dia só. Essa é uma satisfação que eu queria dar. A segunda: foi realmente feita uma representação. O que se alega é que há um *software* em que a pessoa clica e, automaticamente, dispara o *e-mail* para os Vereadores, e isso enche a caixa postal dos Vereadores. Eu vou me acercar, primeiramente, duma manifestação técnica da superintendência de informática da Casa, para saber se isso, de fato, caracteriza um robô, ou não. Depois, esse assunto volta à Mesa, e nós vamos decidir, mas sempre com amplo direito ao contraditório, à defesa, Vereador. Mas também é um direito dos Vereadores reclamarem que estão recebendo, à profusão, esse tipo de mensagem, e que a mensagem viria, segundo a informação dos Vereadores, a partir de um clic num determinado assunto, que perguntaria: o senhor é a favor ou contra tal assunto? Quando a pessoa clica em cima e diz que é a favor, já dispara o *e-mail* para todo mundo. É isso que vai se verificar.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): A título de esclarecimento. A plataforma justamente é essa: a pessoa entra ali se ela apoia o projeto. Esses não são projetos só do nosso mandato, são projetos do Brasil inteiro, projetos de

Vereadores de inúmeros partidos. Aliás, eu recomendo aos Vereadores que quiserem procurar a rede Minha Porto Alegre e lá protocolar um projeto. A questão é que, na representação, está dito: “O Ver. Marcelo Sgarbossa, de modo inaceitável, tem utilizado o nome e endereço de pessoas inscritas para enviar para os outros Vereadores...” – como se eu me apropriasse dos *e-mails*. Isto é totalmente infundado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ficou registrado o que o senhor tinha dito da tribuna, e é exatamente isso que acho que o processo se dedicará a verificar: se, de fato, a utilização dessa ferramenta, em relação aos outros Vereadores, é adequada, democrática, lícita, ou se ela é abusiva. Acho que estamos começando a descobrir essas ferramentas na internet, é importante ir delimitando, e, quando alguém se sentir incomodado, obviamente que a gente sabe que também é da democracia que a pessoa reclame. Mas em poucos dias nós teremos uma posição sobre este assunto.

Declaro empossado o Suplente, Ver. Luciano Marcantônio, nos termos regimentais, em razão da Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Dr. Goulart, para o dia 15 de agosto de 2018. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Luciano Marcantônio, V. Exa. integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. O Ver. Marcelo Sgarbossa veio aqui me acusar de assédio, mas ele não contou a verdade. Veio aqui falar inverdades, e isso é grave. Primeiro, a representação que fizemos à Mesa pedia para falar com o Vereador e solicitar a ele que parasse com esse sistema, que estava enchendo as nossas caixas postais eletrônicas. Há um coletivo chamado Cidade Mais Humana – podem conferir no Google –, do Ver. Marcelo Sgarbossa, que informa aos interessados as ações do seu mandato. Perfeito. Só que ele usava o *e-mail* dessas pessoas, que não sabiam que ele estava enviando *e-mails* aos demais Vereadores, pedindo apoio a alguns projetos que elas nem conheciam! Enviamos uma correspondência à Mesa solicitando ao Vereador que parasse com esse sistema que impedia o recebimento de outros *e-mails* pelos Vereadores. A Mesa achou dispensável que se falasse com o Vereador, porque não entendeu, realmente, o que estava acontecendo. Eu acho que outros Vereadores reclamaram para o Vereador, aí ele mudou o sistema, e aí é que ele veio falar agora. Ele mudou o sistema, não é mais Cidade mais Humana, agora é outro... Ele envia de uma outra forma, que, realmente... Sei lá. Ele estava mandando, pasmem, senhores, três mil *e-mails* para as nossas caixas, inclusive sobre projetos inconstitucionais. Coisas que nós não queríamos receber, porque a gente sabe, a gente conhece bem os projetos dele, muito bem. Então ele ligou para mim, perguntando se eu queria receber. Eu disse que não. São três mil *e-mails* que eu tinha separado. Resolveu o problema, mas V. Exa. não falou totalmente a verdade. A nossa reclamação era sobre o seu *blog* Cidade mais

Humana. Olhem no Google: Cidade mais Humana, o *blog* coletivo do Ver. Marcelo Sgarbossa. Ele ocupava o seu coletivo para pressionar os Vereadores a aprovarem o projeto dele. E as pessoas, eu entrei em contato com três ou quatro, não sabiam que o Vereador estava mandando *e-mail* em nome delas. Isso é falsificação, isso é um problema sério. Aí ele viu que estava errado e modificou. Então, isso está resolvido, porque ele modificou e reconheceu o erro. Agora veio aqui acusar os outros Vereadores de uma coisa que nós tínhamos o direito de reclamar. E perguntem aos outros Vereadores: muitos estavam incomodados...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): ...com esse envio indevido, uma intervenção na caixa de *e-mails* dos Vereadores. Não é possível que isso aconteça, pressionar dessa forma. É triste que isso aconteça. Eu agradeço, porque V. Exa. reconheceu o erro e trocou o remetente. Agora está certo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Queria, em nome do PSOL, cumprimentar os trabalhadores e as trabalhadoras que nos acompanham e dizer ao Ver. Nedel que, na nossa opinião, um problema sério são os problemas da cidade de Porto Alegre. Hoje vi uma matéria no jornal que diz que, a cada dez crianças do Brasil, seis estão em situação de pobreza muito grave. Nós estamos numa Cidade que está, há 15 dias, numa greve de servidores, fruto do autoritarismo do Governo Marchezan. Nós temos problemas de atendimento da saúde e muitas vítimas da ausência das políticas sociais, e me espanta, às vezes, os debates que são feitos na Câmara de Vereadores. Se o problema sério da Cidade se resolvesse na caixa postal, certamente os problemas não seriam tão sérios.

Então, eu quero ser solidária ao Ver. Marcelo Sgarbossa e dizer que, depois, os Vereadores não entendem por que o povo estranha, muitas vezes, a política. Imaginem perder tempo fazendo uma representação para discutir um mecanismo de uma entidade como a Minha Porto Alegre para mandar *e-mail* para os Vereadores. Então é um negócio absurdo que beira ao ridículo.

Nós esperamos que esse assunto lamentável não prospere e que a gente não perca tempo tendo de se defender e discutir o básico, que quem é Vereador da cidade de Porto Alegre está sujeito a receber *e-mails* na caixa postal, WhatsApp, ligações, Messenger – todas as ferramentas que as pessoas têm para falar com os seus representantes.

Também queria falar que nós estamos nesta Sessão de quarta-feira, no mínimo, com dois temas muito importantes. O primeiro deles – já quero falar agora porque, depois, já será a votação da emenda – trata da emenda da identificação visual dos aplicativos. Hoje, pela manhã, os assassinos do Sidney foram pegos, que foi mais um motorista de aplicativo, lamentavelmente, vítima de latrocínio, que aconteceu no nosso Estado e que tem a ver com as emendas que foram apresentadas e que alguma foram derrubadas, mas não todas foram derrubadas. A identificação que previa no cadastro em ter mais documentos dos usuários, por exemplo, não foi rejeitada, era uma emenda importante, evidentemente que não resolveria todos os problemas de segurança – aliás, nós gostaríamos da atenção dos políticos para resolver os problemas de segurança –, mas poderia ajudar.

Eu também acho que a próxima emenda acaba sendo um elemento de segurança, a que trata da identificação: a identificação visual ser ostensiva do lado de fora, ou ser mais discreta do lado de dentro. Acho que nós precisamos, sim, ouvir os motoristas, os homens e mulheres que estão lá ponta e que estão pedindo aos Vereadores desta Câmara que votem não com os interesses dos donos dos aplicativos que ganham milhões no Brasil e bilhões no mundo inteiro, e que, ao mesmo tempo, não flexibilizam direitos, não pagam, na nossa opinião, adequadamente, porque à medida que se pode desvincular a qualquer momento os motoristas, os quais não terão o seguro garantido para cobrir as indenizações necessárias e a preservação da vida dos servidores, é um trabalho extremamente flexível e, portanto quem sofre mais são os trabalhadores, que não têm a proteção de direitos trabalhistas ao seu lado, mas é uma luta que está em curso.

Vocês viram Nova Iorque, não é? Onde aprovaram uma série de legislações favoráveis aos trabalhadores de aplicativos, a questão dos direitos trabalhistas é uma luta no mundo inteiro. Mas já que esses trabalhadores não têm os direitos trabalhistas, o mínimo que a Câmara de Vereadores poderia fazer é manter a sua coerência, aprovar a emenda e rejeitar o veto do Prefeito, que tem sido um Prefeito amigo dos grandes empresários e inimigo dos trabalhadores. Os vetos que nós vimos na lei do Uber têm sido recorrente em várias legislações na cidade de Porto Alegre, em que eles fazem de tudo para privilegiar e manter a lógica em defesa dos grandes empresários e, ao mesmo tempo, massacrar os trabalhadores.

E não vai dar tempo agora de entrar no tema do IPTU, mas, certamente, no momento da discussão, nós vamos fazer o debate sobre a questão da tributação injusta que, mais uma vez, dá presente para os grandes empresários...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): ...e aumenta os impostos para a classe trabalhadora e para os assalariados. Então, um bom debate a nós;

e nós, da Bancada do PSOL, votaremos de forma unânime para derrubar o veto no projeto dos aplicativos. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Vereadores, Vereadoras, Presidente, prezados motoristas e motoristas mulheres de aplicativos, bem-vindos, bem-vindas, espero que hoje seja um dia melhor, apesar de haver apenas uma emenda, eu quero aqui dizer que, em nome da oposição – a Ver.^a Fernanda já falou pelo PSOL, falo pelo PT e PSOL –, nós ficamos indignados com os vetos, inconformados pela opção que faz o Prefeito de uma Cidade, pelo lucro, pelos interesses de empresas em detrimento da vida de pessoas que prestam serviços a nossa Cidade. E lamentamos profundamente que o último veto não tenha sido derrubado. Ele trazia uma questão muito importante: quem vai pagar em dinheiro precisa se identificar sim! Precisa fazer o cadastro sim! Identificar com documento e com foto. Porque nós temos que acabar com as identidades falsas que levam às armadilhas e à morte os nossos motoristas de aplicativos. E espero que, em breve, retomemos com uma lei específica sobre isso, estamos dispostos e abertos a construir de forma suprapartidária sobre esse tema.

E, no mesmo diapasão, eu quero dizer que é uma vergonha para a cidade de Porto Alegre ter um Prefeito que precisa ser acionado pela Justiça, que está com prazo dado pela Justiça para estabelecer uma mesa de negociação com os funcionários, Vereadoras, Vereadores. Essa que é a verdade, a Justiça não aceita, como nós não aceitamos, que o Prefeito e Vice-Prefeito se eximam diante de uma Cidade que tem greve na saúde, na educação, no DMAE, que tem greve dos funcionários que fazem o controle do recolhimento do lixo, da água, do esgoto, enfim. O Prefeito acha que isso não é problema dele e que ele não precisa construir mediações para articular a superação da crise. Precisou, na ocupação da Prefeitura, um Coronel da Brigada Militar fazer um esforço de negociação a tarde inteira, porque esse Prefeito arrogante, um não Prefeito, se negou a dialogar com os funcionários. E agora, a Justiça, Ver. Carús, diz que o Prefeito tem que se dirigir aos seus servidores, o que é o mínimo, o básico de alguém que foi ungido para representar a cidadania e garantir serviços públicos mínimos para a Capital dos gaúchos e gaúchas. Pois bem, quarta-feira que vem, termina o prazo, eu espero que ele tome consciência disso antes, que os partidos aqui que representam o Governo Municipal chamem a atenção desse Prefeito ausente, arrogante e autoritário, porque a nossa Cidade está conturbada, mal-atendida e com prejuízos que não são recuperáveis. Os últimos prejuízos foram três dias sem aulas para as crianças da educação infantil e sem alimentação em todo o ensino fundamental, porque a Prefeitura não pagou as terceirizadas, as cozinheiras e auxiliares de cozinha no quinto dia útil, deixou a empresa pagar no dia 13, não repassou recursos, como se fosse uma prestadora de serviço qualquer e não uma que coloca pessoas atendendo crianças pequenas, bebês,

na periferia da nossa Cidade. Assim a FASC, o pagamento dos salários foi no dia de ontem, Vereadores e Vereadoras, de pessoas humildes, pessoas que fazem limpeza, serviços gerais, receberam no dia 14, sofrendo violência de estado sobre as suas vidas, sobre a sua dignidade, sobre a sua alimentação. E nós, infelizmente, cada dia, um evento comprova a única e exclusiva intenção do Prefeito à frente da Cidade, que é entregar fatias para a iniciativa privada de políticas públicas. E a última iniciativa evidenciada foi a desestatização dos espaços de esporte, lazer e recreação. Há um processo em curso, o processo SEI, onde a Secretaria de Desenvolvimento Social identifica todos os espaços, parques e praças da cidade de Porto Alegre com o intuito de...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): ...com o intuito de entregar o direito ao esporte, ao lazer e à recreação na mão da iniciativa privada, portanto, para exploração econômica, privada dos espaços que a nossa Secretaria de Esportes garantiu e que teve uma redução brutal de 0,36% do Orçamento para 0,08% do Orçamento no ano de 2018. Ou seja, não existe, não consegue fazer nada a não ser pelo esforço dos seus professores e professoras. Portanto, este Governo é nefasto para a cidade de Porto Alegre, essa lógica é nefasta. E eu espero que esta Câmara não respalde iniciativas como a do Fundo e como a dos Conselhos, de desempoderar os Conselhos. Aqui estou vendo que está sendo urdido, neste plenário, acelerar essas iniciativas que são para reduzir participação popular, poder popular sobre o Estado para poder fazer essa privatização. Não à privatização do Estado público; sim ao interesse público nesta Cidade!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu ia tentar falar alguma coisa sobre a nossa Cidade. Os Vereadores que aqui subiram falaram alguma coisa sobre os trabalhadores de aplicativos que vêm perdendo a sua vida em função da não regulamentação de temas que esta Casa vem querendo regulamentar há algum tempo. Regulamentar a questão da identificação dos carros, a questão da identificação das pessoas que chamam os aplicativos, a questão das pessoas que usam os aplicativos, coisas que algumas empresas já fazem, quando os senhores recebem a chamada, saber quem é e qual o destino.

Vou tentar falar aqui da questão que a CCJ recebeu ontem, a proposta de terceirizar os condutores do SAMU. E ontem nós vimos que a União não permite mais que seja feita essa terceirização, porque eles têm que ter uma qualificação grande, qualificação de atendimento, de conhecimento para salvar vidas. Não pode pegar o SAMU e botar para fazer esse transporte um motorista de lotação, um motorista de ônibus, tem que ser uma pessoa da área. E o próprio dirigente do SAMU, o próprio diretor do SAMU falou da dificuldade que é controlar as terceirizadas nesse setor. E vimos que no Estado o SAMU não está funcionando em função da greve da terceirizada. E aí a gente vê a questão que está acontecendo no nosso Município, em vários setores da assistência social, em vários segmentos do nosso Município. A nossa Cidade, a Porto Alegre que nós queremos voltar a ver alegre, a Porto Alegre que nós queremos voltar a ver feliz.

Ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, nós analisamos três vetos, que deverão vir para o plenário, a projetos do Executivo que foram acordados neste plenário, que foram acordados com o Governo. Desde o ano passado, eu venho insistindo muito que os acordos construídos neste plenário, no templo da democracia, no templo dos acordos, vêm sendo rasgados pelo Executivo. E a gente tem visto isso na questão dos aplicativos, na questão do sistema de transporte, na questão dos táxis, na questão dos *food trucks*, cujo veto chegou ontem na CCJ. Foi construído neste plenário e o Executivo vetou. Ontem a CCJ votou para derrubar o veto do Executivo. O ISS foi construído neste plenário e o Executivo vetou o acordo construído neste plenário. Ontem, a CCJ também encaminhou no sentido de derrubar o veto, e assim tem sido. Tem um projeto do Ver. José Freitas, que não se encontra aqui – e quero, em nome da nossa bancada, já fiz pessoalmente, manifestar nossos pêsames pela passagem do pai do Ver. José Freitas –, foi acordado aqui em plenário, e veio o veto do Executivo. E assim tem sido no projeto individual de cada Vereador, e assim tem sido nos projetos construídos pelo Executivo que, quando chegam nesta Casa, a gente faz uma construção, como na LDO, LOA, nos ajustes do Executivo, e, depois, vem o veto. Então, é um Governo que não é sério, é um Governo que vem comprovando, a cada dia, que não gosta de pobre, é um Governo que vem provando que não gosta de honrar e cumprir seus acordos. Ontem, a imprensa *on-line* e todas as redes sociais e, hoje, na imprensa escrita, a grande vedete do início desse Governo, em questão de tecnologia, que levou o Prefeito para conhecer tecnologias em outros países, está sendo procurado pela polícia, pois andou fraudando, no Estado, terceirizações. A vedete que foi dirigir a Carris, a vedete que foi dirigir a Procempa, a vedete que tinha trazido o Banco de Talentos e outros sistemas para Porto Alegre, GPS, os aplicativos de ônibus e táxi, toda a tecnologia de controle digital para a Cidade, de câmeras de monitoramento no transporte, hoje é foragida da polícia...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Apregoo o Ofício nº 762/18-GP (Lê.): “Sr. Presidente. Cumprimentando-o cordialmente, oficializo a Vossa Excelência a indicação do Vereador Mauro Pinheiro para Vice-Líder do Governo na Câmara Municipal, em consonância com o Artigo 228-A, do Regimento aprovado pela Resolução nº 1.178/92 da Câmara Municipal de Porto Alegre. Atenciosamente, Nelson Marchezan Junior, Prefeito de Porto Alegre.” Quero cumprimentar o Ver. Mauro Pinheiro e desejar sucesso na missão.

Apregoo a Mensagem Retificativa nº 02 ao PLCE nº 010/18 (Lê.): “Fica incluído o inc. VI ao parágrafo único do art. 9º do PLCE nº 010/2018, conforme segue: VI – destinadas à recuperação de bens culturais reconhecidos por lei. II – Fica incluído o parágrafo único ao art. 13 do PLCE 10/2018, conforme segue: ‘Parágrafo único. Os saldos financeiros e contabilizados oriundos do Fundo descrito no inc. II deste artigo, ao serem revertidos ao Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal, deverão ser destinados à recuperação de bens culturais reconhecidos por lei.’”

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 15h01min:
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO NOMINAL

PROC. Nº 2036/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 016/17, que altera o *caput* do art. 21 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998; a ementa; o art. 1º; o *caput* do art. 2º; o *caput*, o parágrafo único, renumerando-o para § 1º, e seus incs. do art. 3º; o *caput* e o § 4º do art. 4º; o inc. II do *caput* e o inc. II do § 1º do art. 5º; o *caput* do art. 7º; o art. 8º; o *caput* do art. 9º; a al. *d* do inc. I e a al. *d* do inc. II do art. 11; os incs. II, III e IV do art. 21 e o parágrafo único do art. 37, inclui o § 2º no art. 3º; os §§ 6º e 7º no art. 4º e o art. 21-A, e revoga o inc. VIII do *caput* e o inc. I do § 1º do art. 5º e o art. 13, todos na Lei nº 12.162, de 9 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela rejeição do Veto Parcial;
- da **CEFOR**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela rejeição parcial do Veto Parcial;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela rejeição do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 02-08-18 (quinta-feira);

- votação do destaque ao art. 13 nula por falta de quórum em 08-08-18.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o art. 13, destacado, ao PLE nº 016/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

Eu agradeço muito a presença das senhoras e dos senhores, cumprimentando pela mobilização. Desejo especialmente segurança para quem está trabalhando com os aplicativos. Um abraço para vocês.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesete Vereadores presentes. Não há quórum.

Srs. Vereadores, eu quero fazer uma justificativa. Nós estamos transmitindo sempre as nossas sessões pela TV e pelo Facebook e, às vezes, temos recebido reclamações quanto a essa questão de encerrarmos a Sessão. Eu quero dizer para as pessoas que nos acompanham que os Vereadores trabalham muito além da Ordem do Dia – depois, tem o período de Pauta, tem as Comunicações, tem as Comissões –, então, quando cai, eventualmente, uma Sessão, que as pessoas não achem que os Vereadores não querem trabalhar ou querem encerrar a Sessão. Há um equívoco, os Vereadores vão sempre muito além disso. Portanto, não vamos examinar o processo do IPTU hoje. Não há quórum. Eu fechei o painel, Srs. Vereadores, com mais de um minuto e trinta, e tinham 17 presenças, portanto, não há quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 15h08min):
Encerrada a Ordem do Dia.

Srs. Líderes, por favor, aproximem-se da Mesa para deliberarmos sobre a abertura de uma Sessão Extraordinária. (Pausa.)

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h10min.)

* * * * *